

# OS FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA<sup>1</sup>

*The foundations of the Angolan National Liberation process*

BASTOS, Feliciano Moreira<sup>2</sup>; KIMBANDA, Francisco Jacucha<sup>3</sup>; & LUNGANGA, Augusto N'tima<sup>4</sup>

## Resumo

O presente artigo sobre os fundamentos do processo de libertação nacional de Angola, enfoca-se nas metas almejadas destes processos e os desafios que se colocam actualmente. Objectivo desta pesquisa parte das diferentes etapas do processo de libertação nacional, analisar as contradições, fragmentações e desafios não como um fracasso do pensamento, mas um momento de reconhecimento dos limites do conhecimento, levando a uma investigação contínua. A perspectiva teórico-metodológica é descrever as experiências, percepções de pessoas, grupos políticos, intelectuais, sociais e religiosos, ver o sentido que dão ao processo de libertação nacional seu significado. Fim das interlocuções teórico-reflexivas, compreendeu-se que há uma emergência de abertura de uma nova Angola, partindo da mudança de mentalidade política, do reforço na formação, da capacitação do capital humano, da autonomização da economia, do melhoramento das condições sociais e da valorização da cultura nacional.

## Abstract

This article on the foundations of the Angolan national liberation process focuses on the goals pursued by this process and the challenges it currently faces. The objective of this research is to analyze the contradictions, fragmentations, and challenges of the different stages of the national liberation process, not as a failure of thought, but as a moment of recognition of the limits of knowledge, leading to continuous investigation. The theoretical-methodological perspective is to describe the experiences and perceptions of people, political, intellectual, social, and religious groups, and to understand the meaning they give to the national liberation process. At the end of the theoretical-reflective dialogues, it was understood that there is an emerging need for the opening of a new Angola, starting from a change in political mentality, strengthening education, developing human capital, making the economy more autonomous, improving social conditions, and valuing national culture.

**Palavras-chave:** *Soberania; contradições; fragmentações; capital humano e consciência social.*

**Keywords:** *Sovereignty; contradictions; fragmentations; human capital and social consciousness.*

**Data de submissão:** outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

<sup>1</sup> Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

<sup>2</sup> FELICIANO MOREIRA BASTOS - Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, ANGOLA.

<sup>3</sup> FRANCISCO JACUCHA CAHUCO KIMBANDA - Universidade Agostinho Neto, ANGOLA.  
Email: [francisco.jacucha@uan.ao](mailto:francisco.jacucha@uan.ao)

<sup>4</sup> AUGUSTO N'TIMA LUNGANGA - Universidade Agostinho Neto, ANGOLA.

## INTRODUÇÃO

A conquista da independência política, a reconstrução e o desenvolvimento livre, justo e soberano, constituíram-se nos fundamentos da libertação nacional e nesta base os principais partidos políticos, associações cívicas e grupos religiosos, criaram seus estatutos com muitas convergências nos objectivos fundamentais, tais como a edificação e a preservação de uma sociedade democrática, humanista, de trabalho, de paz, de progresso, de liberdade, de solidariedade e de justiça social, baseada na estabilidade, na harmonia e na unidade nacionais, promover o diálogo social e a participação dos cidadãos na vida política, económica, social e cultural.

A presente pesquisa parte da seguinte questão porque razão das fragmentações, das contradições interna e externas, no cenário actual em que se clama pela justiça social, pobre, fome, acesso a saúde, educação, emprego e liberdade cultural? Quais são as soluções convergentes que possam ser assumidas com vista atingirmos o desenvolvimento humano e social de Angola? A resposta as questões levantadas estão no investimento e na gestão do capital humano ou ainda fazer a pessoa *pensar* e valorizar a *cultura material e espiritual* em que se insere. Para tal começamos a conceituar a base temático a partir dos conceitos de soberania, libertação nacional, independência, contradições, fragmentações, capital humano, educação e consciência Social.

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### *1.1. Libertação nacional e soberania como poder do Estado Independente*

O conceito de soberania é fundamental para compreendermos o tema que nos propomos apresentar neste artigo. A soberania refere-se ao poder do Estado de organizar a vida dentro de seu território, com a autoridade de impor leis e decisões, sem estar sujeito a outros poderes internos. O conceito de soberania sofreu um processo evolutivo com diferentes visões, absolutistas, democrática e até moderna. Ora Libertação no sentido de independência refere-se a um processo de alcance da liberdade como no contexto histórico de uma nação se livrar do domínio colonial, ou ainda é a interrupção do domínio ou controlo de outra entidade, cujo resultado seja a autonomia e soberania. A independência é o estado de não ser dominado.

### **1.2. A visão contratualista do conceito de soberania**

Segundo Hobbes a Soberania, é uma qualidade essencial do Estado, uma vez que pode ser vista como a aptidão para o exercício do poder absoluto conferido a si pelo contrato social. Por meio deste contrato, os indivíduos abrem mão do seu direito de utilizar da própria força afim de serem protegidos e assegurados, passando este último a ser detentor de tanto poder e força quanto eram todos os indivíduos anteriormente. Assim, para Hobbes, a Soberania se apresenta num modelo tripartido absolutez, inalienabilidade, indivisibilidade (Hobbes, 2016).

Contritamente a Hobbes, Rousseau (1978), entende que a soberania reside na vontade geral do povo, que é a expressão do bem comum e está sempre presente na sociedade, pois ela é inalienável e indivisível, pertence a coletividade e não pode ser transferida para um representante ou governo. o povo detém o poder legislativo, enquanto que o governo é corpo intermedio que executa as leis e deve sempre obediência à vontade geral. Rousseau proporciona “dois princípios anteriores à razão, um dos quais interessa ao nosso bem-estar e a nossa conservação, e o outro nos inspira uma repugnância natural por ver sofrer qualquer ser sensível e principalmente nossos semelhantes”. Estes princípios são, de acordo com Rousseau, o amor de si e a piedade. Não há, portanto, no estado de natureza, como queriam os teóricos do direito natural e Locke, um império da *recta ratio*.

Locke (2019) partindo duma perspectiva diferente ao de Hobbes não usa o termo soberano, pois não entendia o poder do Estado como absoluto, mas sim limitado por uma linha moral definida apesar de que rejeita a ideia de poder soberano ilimitado que vinha sendo construída a partir das ideias de Hobbes. John Locke não assemelhe às suas ideias com as de caráter absolutista de Hobbes, mas também não se identifica com Rousseau, na medida em que admite a delegação de poderes através de representantes, e não apenas a supremacia da vontade geral.

Para Jean Bodin(1986), a soberania é o suporte principal de toda a República, governo de várias famílias. Segundo Bodin, a Soberania consiste negativamente em estar liberado ou dispensado das leis e dos usos do Estado; positivamente, consiste no poder de abolir ou criar leis. O único limite da Soberania é a lei natural e divina.

Bodin defende uma visão tripartida da soberania Absoluta aquela que não depende de nenhum outro poder. Isso significa que o soberano está acima das divisões internas e das interferências externas, Perpétua: Não é limitada no tempo e não pode ser transferida ou delegada completamente a outros e Indivisível: Não pode ser compartilhada entre diferentes órgãos ou entidades.

### ***1.3. Conceito de Independência***

A palavra “independência” é uma palavra derivada do latim *independere*, que significa “não estar sob a vontade de outros”. É o oposto de dependência e, além de ser aplicável a indivíduos, também serve para nomear instituições como o Estado. Neste sentido, a independência diz respeito à capacidade de um Estado de exercer a sua liberdade política, económica e administrativa sem depender de outros. Ora entende-se por libertação nacional, um movimento de independência ou à luta armada para se libertar de um domínio colonial ou estrangeiro.

### ***1.4. Contradições e fragmentações***

A palavra “Contradições” deriva da palavra latina *contradictio que é formada por contra (“Contra em oposição a”) e dictio (acção de dizer, afirmação)*. Ela significa originalmente falar contra ou obter, posteriormente evoluiu para o sentido de inconsistência lógica, oposição entre duas ideias ou afirmações.

Do ponto de vista filosófico, a contradição é entendida como uma incompatibilidade lógica que anula o pensamento, isto é, na base da lógica- princípio da não-contradição, defendido por Aristóteles e Hegel quanto como um motor do desenvolvimento dialético da realidade e do conhecimento.

As contradições sociais e políticas referem-se aos conflitos na oposição de interesses de grupos sociais e elas se manifestam na desigualdade de acesso a recursos e poder, e na inobservância de princípios democráticos que coexistem com a realidade.

#### **1.4.1. Fragmentação**

A palavra "fragmentação" deriva do latim *Fragmentum* que significa "pedaço" ou "parte quebrada". O termo evoluiu para o francês *fragmentation* e foi incorporado ao português, com o sufixo "-ção" indicando a ação ou o resultado do processo de fragmentar, ou seja, o ato de dividir ou quebrar algo em partes menores.

Milton Santos (1990), tratou a fragmentação como o "espaço dividido", onde ele explica como diferentes atividades econômicas (o circuito superior e o circuito inferior) coexistem no espaço urbano e geram fragmentos espaciais com características sociais e econômicas distintas.

Do ponto da filosofia, a palavra *fragmentação* significa a divisão do todo em partes, que pode ser aclarada de várias formas: como a divisão da realidade em múltiplos conhecimentos especializados no caso da ciência, ou a representação do real que desafia a unidade e a totalidade. O mundo já não é mais visto como um todo coeso e linear, mas como uma multiplicidade de elementos isolados e descontínuos.

#### **1.5. Da pessoa ao capital humano -a construção da consciência Social**

De acordo o Dicionário de Língua Portuguesa, define que a pessoa é um ser humano dotado de sentimentos, vontades e inteligência. Entende a filosofia que a pessoa lhe é atribuída a capacidade de ter consciência de si mesmo como um indivíduo separado, do uso da razão para pensar e avaliar suas próprias ações e pensamentos, da capacidade de fazer escolhas e agir de acordo com sua própria vontade, da obrigação de responder pelas suas ações, tanto passadas quanto futuras e de manter uma identidade, a noção do "eu" ao longo do tempo, como refere John Locke.

##### **1.5.1. O capital humano**

Adam Smith (1996) foi um dos primeiros a definir o capital humano, não apenas a bens físicos, mas também aos conhecimentos, habilidades e talentos das pessoas adquiridos através de educação e treinamento. Ele considerava que o investimento na capacitação dos trabalhadores era crucial para a produção e o crescimento econômico e para a riqueza da nação.

Theodore Schultz (1961) na sua obra “Investment in Human Capital” argumenta que o investimento em educação, treinamento e saúde aumenta a produtividade dos trabalhadores e impulsiona o crescimento económico. Para Schultz os gastos com educação são investimentos que geram retornos económicos e que a educação era um dos investimentos básicos. Gary Becker (1964) incluiu a educação, o treinamento no trabalho e a aquisição de habilidades como investimentos que melhoram a capacidade produtiva de uma pessoa. Quanto maior o capital humano de um indivíduo, maior sua produtividade. Becker realça ainda que um maior capital humano resulta em um valor económico mais elevado no mercado de trabalho e maiores oportunidades de emprego.

Chiavenato (2009) entende que o capital humano significa os talentos que precisam ser descobertos mantidos e desenvolvidos, acima do capital intelectual, que deve ser utilizado de forma eficiente para levar à empresa bons negócios e maior rentabilidade.

Do ponto de vista ético, o capital humano é importante porque reconhece a dignidade e o valor intrínseco das pessoas, exigindo que empresas e governos que invistam em seu desenvolvimento, bem-estar e condições de trabalho justas e seguras, e não apenas as tratem como um custo ou ferramenta. O capital humano ético abrange o desenvolvimento de competências, a criação de um ambiente de trabalho positivo e inclusivo, e o reconhecimento dos colaboradores como o principal ativo de uma organização, promovendo um crescimento sustentável e o bem-estar de todos.

### *1.5.2. Consciência social*

De acordo Durkheim (1995), a consciência “social” ou coletiva é um preceito com vida própria, constituída por crenças e sentimentos partilhados pela maioria dos membros de uma mesma sociedade que une e determina o comportamento individual. Durkheim afirma que a sociedade molda a consciência individual e que os fatos sociais são exteriores e coercitivos, moldando o comportamento, o pensamento e o sentimento. Por seu turno, Karl Marx (2013) parte da ideia da formação da consciência de classe, apesar de não ter usado o termo "consciência social". Sua obra foca na ideia de que a consciência de um indivíduo é moldada pelas condições materiais e económicas da sociedade, especialmente a relação com os meios de produção. A ideologia, para ele, é a forma de percepção da realidade que serve aos interesses da classe dominante, impedindo

que os trabalhadores (o proletariado) reconheçam sua própria exploração e se conscientizem de seus interesses comuns. A consciência de classe existe quando os trabalhadores se tornam conscientes da situação comum e dos interesses partilhados criados pela dominação do capital.

George Herbert Mead (1934) centralizou a sua ideia em como a Consciência social se desenvolve por meio do "self" (o eu) como um produto da interação social, argumentando que a consciência social surge à medida que o indivíduo aprende a assumir o papel de outras pessoas através da comunicação e da linguagem, num processo gradual, que parte com a reprodução e segue para a internalização dos papéis e perspectivas de outros indivíduos, levando à autoconsciência reflexiva.

Jürgen Habermas (2012) trata do conceito da consciência social a partir da análise da esfera pública como um espaço de debate racional para a formação da opinião pública e para a legitimidade política. Ele critica a alienação causada pela influência da técnica e do dinheiro na comunicação, que distorcem os processos de tomada de decisão democrática que o levou a defender a formação de comunidades éticas baseadas na comunicação orientada para o entendimento, onde o consenso é alcançado através do debate livre e racional.

De acordo Batsíkama (2024), o conceito de consciência difere entre psicólogos, neurologistas e filósofos. Podemos considerar a consciência como uma experiência ontológica na realização de cogito, no exato momento em que o nosso pensar alerta-nos emocional ou racionalmente com espírito crítico. Na metafísica, existe dois suportes apriorísticos que nos levam a definir a consciência: (a) mente: inteligência, sensibilidade, faculdade; (b) cérebro: centro da inteligência, base de todo juízo, fonte da inteligência. Ela nega toda indecência no exercício racional e emocional dentro dos limites do cérebro. Desta forma a consciência social poderia ser entendida como a realização do cogito na dimensão relacional de “eu + não-eu + outro”. Isto é, cada integrante dessa dimensão relacional deve, a priori, realizar as ações apriorísticas de pensar na dimensão coletiva. Logo, predominara a relação de conflito entre os três integrantes (eu, não-eu e outro). Antes de mais, a subjetividade (eu) difere objectividade (não-eu) e, também, ambas se diferem da alteridade (outro).

Assim, sendo a consciência social pode ser entendida como a capacidade de compreender e respeitar as pessoas e a sociedade ao redor, agindo com empatia e sensibilidade às necessidades e realidades dos outros. Ora, a construção da consciência social pressupõe a interação diária, seja na família, na escola ou na comunidade, da educação para o desenvolvimento de habilidades sócio-emocionais, do conhecimento sobre os problemas sociais e o envolvimento em ações concretas, como voluntariado e projetos de impacto social da reflexão sobre o próprio papel na sociedade e como suas atitudes contribuem ou prejudicam o bem-estar dos outros.

### **METODOLOGIA UTILIZADA**

O percurso de investigação procurou estabelecer uma influência mútua entre a reflexão teórica e experiência prática ou empírica, a partir de uma análise crítica e compreensiva através da clarificação de conceitos que ajudarão à compor um quadro teórico de referência multidisciplinar. No trabalho empírico, a investigação será baseada numa análise crítica e comparativa dos objectivos almejados e indicadores sociais olhando o contexto dentro do sistema de ideias contemporâneas em relação ao desenvolvimento das sociedades, nesse sentido foram identificados convergências e hipóteses que ajudem a formular novos modelos compreensivos.

Ora, o trabalho baseado na experiência, incidiu na análise de conteúdo de artigos científicos, publicações, livros, documentários televisivo e radiofónico de referência produzidos autores angolanos, estrangeiros, organizações internacionais com especial importância na área da política e desenvolvimento (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, UNESCO), de tal sorte a fazer uma análise crítica e comparativa entre os objectivos do processo de libertação nacional espelhados nos estatutos e outros manifestos político e a avaliação factual da implementação material para produzir desenvolvimento das pessoas.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### ***2. Contradições, Fragmentações e do processo de Libertação nacional***

#### ***2.1. O neocolonialismo***

O neocolonialismo ganhou um espaço nos debates desde a década 90, com as cíclicas crises que vêm surgindo nas ex-colónias depois da consolidação das independências em África. A questão central consiste em identificar o problema entre as contradições internas, externa e as suas fragmentações.

De acordo com Samir Amin (1973), o neocolonialismo é um sistema económico, político e sociocultural de monopólio europeu que surgiu com o fim da colonização e está a desenvolver-se nas ex-colônias em vários domínios.

De acordo com Nkrumah (2011) o neocolonialismo visa fragmentar os Estados africanos, dividi-los em pequenos países, com o objetivo de continuar a poderar-se de uma forma política, económica e sociocultural. Alerta Nkrumah (2011) que este fenómeno age ocultamente, manobra homens e governos, liberto do estigma da dominação política.

Segundo Lenin (1966) apud Carnoy (1988) os financiamentos dos países industrializados nas colónias, abrem chances às grandes potências terem controlo das matérias-primas dos Estados fracos e, não só, como o monopólio do preço e a economia fica sob direção das grandes potências.

Para Nkrumah (2011) este domínio criou Estados clientes, que são independentes no papel, mas que, na realidade, continuam a ser dominados pela própria potência colonial ou que supostamente lhes deu a independência. No continente africano existem “diversas espécies de países independentes que, no plano político, gozam de uma independência formal, mas que, de facto, estão encurralados na rede da dependência financeira e diplomática. Afirma Langan (2018) que os Estados sob o domínio do neocolonialismo dificilmente chegariam um desenvolvimento económico e social para os seus povos, porque a política estava mais dirigida para os interesses materiais destes estrangeiros do que para as necessidades dos cidadãos locais. As elites africanas que participassem nas relações do neocolonialismo governariam em nome de benfeitores estrangeiros e "trairiam" de facto os interesses económicos do seu próprio povo.

Os Estados africanos sob domínio do neocolonialismo são em teoria independentes, mas na prática os seus sistemas económicos as suas políticas são dirigidas orientadas pelo exterior. As ajudas monetárias na grande maioria são realizadas por governos estrangeiros aos países africanos e servem como um meio de garantir a conformidade de certas elites africanas e de facilitar formas de penetração económica empresarial que acabam ser prejudiciais às populações africanas.

Para Fanon (1961 apud Langan, 2018), o colonialismo retirou o capital e os seus técnicos nas colónias, mas ao mesmo tempo instalou no jovem Estado o aparelho da pressão económica. A divinização da independência foi transformada na maldição da independência, e o poder colonial através dos seus imensos recursos de coerção condena a jovem nação à regressão.

Na mesma linha de pensamento de retrocesso que Uzoigwe (2019) realça que é claro que o neocolonialismo no continente africano tem manifestado uma resiliência duradoura e continuará a fazê-lo até que os governos dos países africanos adotem mecanismos suficientes para travar este sistema. E, longe de estar morto, o neocolonialismo está vivo e continua a ter um impacto difuso no continente africano.

Fanon (1968), afirma que os governos dos países africanos após a independência receberam a missão de reconstruir os territórios e levá-los ao desenvolvimento autónomo, pelo contrário esta missão não serviu para transformar os países, mas simplesmente serviu de correia de transmissão a um capitalismo encurralado na dissimulação e que ostenta hoje a máscara neocolonialista. Devés-Valdés (2008) enfatiza que o neocolonialismo está atrás das pobreza, ditaduras, as guerras civis, os genocídios, a corrupção e os retrocessos dos países africanos, pois busca desestabilizar estes Estados ao interesse do enriquecimento das potências mundiais.

Segundo Shikwaiti (2005), África deve conquistar a sua independência económica para se livrar da dominação europeia. Por seu turno Ki-Zerbo (2006) diz é preciso uma mudança de sentido das relações, para que haja um verdadeiro desenvolvimento para todos, porque as relações entre os países ocidentais (colonizadores) com os países africanos são criadas, não na base de uma oferta, mas na base de interesses e de poder, o que se chama de desenvolvimento é o autodesenvolvimento dos países ocidentais (Norte) e subdesenvolvimento dos países africanos.

No caso de Angola o neocolonialismo despontou-se pela via política, económica, cultural e pela contínua influência de leis e estruturas administrativas e de gestão portuguesas após a independência, especialmente no sistema judiciário. As persistências destas estruturas são visíveis até aos dias hoje. Ora se o principal objetivo da independência era que Angola se tornasse um estado soberano, livre da intervenção externa, e que o poder de decisão sobre seu futuro fosse do povo angolano, que independência representasse um compromisso com a reconstrução do país, bem como construir uma unidade nacional, superando as divisões étnicas, regionais, raciais e garantir a liberdade cultural.

Dos desafios que se colocam ao combate do neocolonialismo, Angola necessitaria primeiro de uma mudança no sentido das relações externa entre os países africanos, asiáticos, americanos e europeus e internamente nas suas províncias, municípios, comunas e aldeias. Segundo um olhar para a produção e fuga de cérebros, Angola tal como outros países de África enfrentam uma clivagem digital e os seus cérebros imigram para o ocidente e outros continentes em busca de melhoria de condições de vida e de trabalho, Angola precisa melhorar o cenário local e criar estratégias de manter os intelectuais e estes por sua vez criar produções com a finalidade de ajudar no desenvolvimento da sociedade (Falola, 2007), em terceiro lugar pensar a política a partir de Angola, para trazer à luz suas regularidades comuns e sua racionalidade (Kouvouama, 2000). Por outro lado, criar um sistema que permite a supervisão contínua e crítica do exercício do poder a remoção pacífica dos governantes considerados incompetentes, atuar com honestidade, inteligência e perspicácia para servir o povo, combater práticas negativas e garantir o bem comum (Popper1996).

## ***2.2. Desigualdade social e Pobreza***

A desigualdade Social e a pobreza limitam a liberdade nacional de qualquer país ao impedirem o seu desenvolvimento económico, social e humano. A desigualdade é um problema de ordem política que foi tratado pela maioria dos filósofos, Platão, Aristóteles, Locke, Hobbes e Rousseau, olhando sob o ponto vista da antropologia, a igualdade, a propriedade, o estado social, do contrato e as leis.

De acordo Platão, a desigualdade é natural, uma vez que os homens nascem com diferentes capacidades em termos de força, inteligência e aptidão cada pessoa desempenha a sua função de acordo com suas habilidades, mas deve-se evitar a ganância pela propriedade pois prejudica o equilíbrio da cidade. No entanto o estado ideal é aquele em que ninguém deve imiscuir-se na função do outro, pois a justiça é exercer cada um no Estado a sua função que a natureza lhe designou, a natureza fez uns inferiores e outros superiores.

Para Aristóteles a desigualdade, é a base para a justiça, ele defende o princípio de tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida da sua desigualdade, isto é, as pessoas com virtudes e capacidades diferentes devem ser tratadas de forma diferente, proporcionalmente ao seu valor, enquanto aqueles com o mesmo valor devem receber um tratamento matematicamente igual.

Para Hobbes, a desigualdade é intrínseca à natureza humana, que é egoísta e buscam dominar os outros. Locke entende que a desigualdade surgiu com a propriedade privada, que não era um problema em si, mas a falta de uma autoridade para mediar conflitos gerou desigualdades e injustiças. Por seu turno Rousseau diz que a desigualdade é uma construção social e um mal gerado pela propriedade privada e pelos avanços técnicos e sociais, faz a distinção entre ricos e pobres, letrados e iletrados. Rawls, defende que as desigualdades deveriam ser aceitáveis se beneficiarem os menos favorecidos da sociedade, ele parte do princípio da diferença. Para ele as posições sociais e económicas devem estar ligadas a cargos e funções acessíveis a todos sob condições de justa igualdade de oportunidades, garantindo que o acesso seja equitativo para os indivíduos, mesmo que existam diferenças. Ele faz uma defesa da igualdade real não apenas formal o que implica que todos devem ter acesso à educação de qualidade, alimentação e saúde para que a igualdade de oportunidades seja efetiva na prática, e não apenas uma garantia formal.

A desigualdade social e a pobreza agem como um obstáculo à liberdade nacional ao limitar oportunidades e recursos para uma grande maioria da população, criam divisões prejudicam a coesão social necessária para a autodeterminação e o progresso do país. A falta de acesso à educação, saúde e emprego de qualidade impede que todos os cidadãos participem plenamente da vida cívica e económica, prejudicam a base para uma liberdade genuína nacional enfraquecem as instituições e a própria soberania nacional.

Em resposta a desigualdade social e a pobreza, o discurso político oficial enfatiza o combate à pobreza e a desigualdade social numa perspectiva do crescimento económico e na mudança da mentalidade, ou cultura, dos pobres (preguiça, inveja, falta de auto-estima, receio de ser rico, e assim por diante), criticando a cultura de pobreza, dando mérito a cultura do empreendedorismo individual dos ricos e as taxas de crescimento económico, e afirmando o imperativo social de promover o enriquecimento individual como pré-condição para combater a pobreza nacional. Ora dos mais variados modelos de analisados conclui que a pobreza tem raízes objectivas nas estruturas e dinâmicas políticas de acumulação, distribuição e reprodução que são historicamente construídas pelos países.

### ***2.3. Saídas possíveis as fragmentações e contradições ao processo de Libertação Nacional***

#### ***2.3.1. A produção de capital humano***

Angola, realizou a primeira Conferência Nacional sobre o Capital Humano um evento que ocorreu em Luanda, nos dias 29 e 30 de agosto de 2025. A conferência visou reflectir sobre a importância do capital humano como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável do país, definir políticas públicas e estratégias para a formação e valorização do capital humano, incluindo combate ao analfabetismo e empoderamento feminino, expor os desafios e as oportunidades relacionados com a formação e gestão de quadros nacionais, discussões em torno da formação de professores, oferta formativa no ensino secundário e superior, formação profissional, educação obrigatória, e o papel do ensino na revolução digital. Dos resultados propostos ficou acordado a institucionalização de um Fundo Nacional de Apoio à Implementação do Plano de Desenvolvimento do Capital Humano e a aceleração do programa de envio de estudantes angolanos para universidades no estrangeiro.

Para Schultz, (1961) a ideia em investir no capital humano tem sido considerado ofensivo para muitos, diz o autor que os nossos valores e crenças nos inibe a observar os seres humanos como bens de capital, tratar o homem como riqueza que pode ser aumentada pelo investimento que vai contra nossos valores enraizados, reduzindo o homem a um mero componente material, algo semelhante à propriedade, o que faz da noção clássica de trabalho reduzir-se a recursos humanos apenas pela sua

capacidade de realizar trabalho manual que requer pouco conhecimento e habilidade, capacidade com a qual, de acordo com essa noção, todos os trabalhadores detém igualmente.

De acordo com Schultz (1961), os recursos humanos têm dimensões qualitativas e quantitativas, pois o número de pessoas, a proporção que entra no trabalho útil e as horas trabalhadas são essencialmente características quantitativas. Nesse sentido pode-se estimar a magnitude do investimento em capital humano da mesma forma que se estimam os gastos feitos para produzir os bens de capital. Mas, é necessário observar algumas peculiaridades do investimento em capital humano que residem na diferença entre despesa de consumo e despesa de investimento, essa diferença é complexa, mas, abre-se uma via de análise alternativa para estimar o investimento humano, onde a variável dependente observada passa a ser o rendimento do capital humano no futuro e não os seus custos.

Becker (1964) olhava para o capital humano como o acervo de habilidades, conhecimentos e experiências de um indivíduo, adquirido por meio de investimentos ao longo do tempo. Os principais investimentos incluem educação formal, treinamento, e até mesmo melhorias na saúde física e emocional do trabalhador, que o tornam mais produtivo e satisfeito, ora os benefícios são duplos, o indivíduo torna-se mais produtivo ganha maior renda, e a sociedade como um todo se beneficia com um aumento na produtividade geral e no desenvolvimento económico.

Mincer (1958) realça que a importância do capital humano, reside na sua ligação direta com a produtividade e o crescimento económico, explicando a desigualdade de renda através do investimento em educação, treinamento e saúde. Para as empresas, o capital humano é o ativo mais valioso, impulsionando a competitividade e a inovação, e seu gerenciamento eficaz é crucial para o sucesso, pois os colaboradores, com seus saberes, habilidades e experiências, são o motor da organização.

O investimento em capital humano é um dos requisitos indispensáveis para o desenvolvimento económico e social de Angola. O reforço do financiamento para educação e saúde é um elemento basilar de estratégia de desenvolvimento, a capacitação técnico-profissional da juventude é um desafio crucial para garantir o acesso ao emprego e a preparação para os desafios futuros, como a digitalização das economias. Por outro lado, melhorar a formação e as competências da população facilitará o acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho.

É necessário pensar em estratégias que harmonizem as necessidades do mercado com a mão de obra disponível para garantir o futuro do país. A aposta contínua no capital humano é um dos requisitos indispensáveis para o desenvolvimento de Angola nos seus mais variados domínios, devendo, por isso, constituir uma das principais prioridades do Executivo.

### ***2.3.2. Liberdade cultural***

A educação e cultura são interdependentes e indissociáveis, a educação constitui-se num verdadeiro instrumento que permite a pessoa absorver e compreender a cultura, enquanto a cultura fornece o contexto, os valores e o conhecimento na base sobre os quais a educação se constrói e se desenvolve. Uma educação desconetada a cultura seria apenas a transmissão de informações, sem significado, valores ou identidade, pois não possível ter os alicerces para a compreensão do mundo e a capacidade de questionar.

Para Paulo Freire (2021) vê a educação como prática de liberdade e a importância da pedagogia em dialogar com a cultura popular e o contexto social. Ele defendia a educação como uma prática de liberdade, utilizando o diálogo com a cultura popular e o contexto social para formar sujeitos críticos e transformadores. A educação é um meio para a emancipação humana, permitindo que as pessoas se tornassem sujeitos de suas próprias histórias e compreendessem as relações de opressão. Isso é feito através de um processo de aprendizagem que incentiva a autonomia e o pensamento crítico.

Liberdade cultural é o direito de indivíduos e grupos de expressar, criar, praticar e partilhar sua cultura sem restrições indevidas. Inclui a liberdade de expressão artística, o acesso à educação e aos bens culturais, e a proteção da identidade cultural, como língua, religião e tradições. Este direito é fundamental para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para o respeito à dignidade humana, em Angola está previsto no artigo 43 da lei constitucional da República de Angola. A liberdade cultural é fundamental para a libertação nacional porque fortalece a identidade de um povo, fomenta a unidade e legitima a autodeterminação. Ao promover a produção e divulgação de criações intelectuais, artísticas e científicas locais, a liberdade cultural desafia a dominação e cria uma base para a construção de um país soberano, onde a cultura própria é um pilar da identidade nacional.

A liberdade cultural permite que se explore e afirme a identidade coletiva através da arte, da ciência, da literatura, unindo as pessoas em torno de valores e histórias partilhadas, fomentando a unidade nacional servindo de ponto de convergência, legitimando a autodeterminação.

A libertação nacional não se resume à independência política e militar, mas também à reconstrução de uma identidade cultural forte. A liberdade cultural é, portanto, uma parte intrínseca da construção de uma nação genuinamente soberana e autónoma.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O "valor" do processo de libertação de Angola é multifacetico, ao abranger a conquista da independência, soberania nacional, a luta pela justiça social, democracia, desenvolvimento económico e social para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, a liberdade de movimento e cultural. Ora percebemos que passados 50 anos, identificamos ainda contradições internas, externas e fragmentações ao processo de libertação nacional, tais como apostura de oferta ao neocolonialismo, as fragmentações da desigualdade social e pobreza.

Para avançarmos no sentido de um desenvolvimento sustentável e humano, precisamos reformular a estrutura de pensamento das políticas que busca as melhores práticas existentes no mundo, mas adaptando a realidade sócio-cultural do país.

Entendemos que a produção de cérebros é um ponto fraturante. O país precisa desenvolver políticas, criar espaços para cooptar, valorizar e maximizar os conhecimentos destes cérebros em busca de respostas locais aos problemas sociais “pensar global e agir localmente”.

Compreendemos que o país agiu para a necessidade dum aposta para a criação de condições de investimentos no capital humano como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável do país, mas precisamos reformular o modelo de gestão da Educação e do Ensino Superior que olhe para o ideal das propostas do projecto de libertação nacional a justiça social, qualidade de vida dos cidadãos, mas fazer das pessoas protagonistas ou actores e não meros consumidores passivos;

Percebemos que a liberdade cultural é a principal identidade de um povo quando faz uso consciente da sua cultura, ela é capaz de fomentar a unidade e legitimar a autodeterminação. Um povo é valorizado, respeitado quando consegue manifestar o seu modo de agir, sentir, estar e pensar e agregar valores de conhecimento para os outros povos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amin, S. (1973). *Neo-colonialism in West Africa*. Penguin Books.
- Arrighi, G., & Saul, J. S. (Eds.). (1973). *Essays on the political economy of Africa*. Monthly Review Press.
- Aristóteles. (1985). *A política*. Editora Universidade de Brasília.
- Becker, G. S. (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Columbia University Press.
- Branco, C. N. C. (2007). Alternativas africanas ao desenvolvimento e ao impacto da globalização. In *Notas críticas soltas*. Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.
- Cardoso, C. (2011). Os desafios da pesquisa em ciências sociais e o papel das organizações académicas regionais em África. In VV. AA., *In progress: Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*. CESA.
- Carnoy, M. (1988). Marx, Engels, Lenin e o Estado. In *Estado e teoria política*. Papirus.
- Chiavenato, I. (2004). *Gestão de pessoas*. Atlas.
- Devés-Valdés, E. (2008). *O pensamento africano sul-saariano: Conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático*. CLACSO; EDUCAM.
- Falola, T. (2007). Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África. *Afro-Ásia*, (36).
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.
- Ferrater Mora, J. (2001). *Dicionário de filosofia* (Vol. 2). Martins Fontes.

Freire, P. (2021). Prefácio. In F. C. Weffort, *Pedagogia como prática da liberdade* (51.<sup>a</sup> ed.). Paz e Terra.

Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo* (Vol. 1, Racionalidade da ação e racionalização social; Trad. P. A. Soethe). WMF Martins Fontes.

Hobbes, T. (1998). *Do cidadão*. Martins Fontes.

Hountondji, P. J. (2008). Conhecimento de África, conhecimentos africanos: Duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80).

Ki-Zerbo, J. (2006). *Para quando a África?* Pallas.

Kouvouama, A. (2000). Penser la politique en Afrique. *Politique africaine*, (77).

Locke, J. (2002). *Segundo tratado sobre o governo civil*. Martin Claret.

Marx, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política* (Livro I; Trad. R. Enderle). Boitempo.

Mead, G. H. (1934). *Mind, self, and society from the standpoint of a social behaviorist*. University of Chicago Press.

Mincer, J. (1958). Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of Political Economy*, 66(4), 281–302.

Mudimbe, V.-Y. (1988). *The invention of Africa: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Indiana University Press.

Oliveira, D. E. (2012). Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, (RESAFE).

Pereira, H. J. A. (2014). *Crescente valorização do capital humano*.

Platão. (s.d.). *A República*. Martin Claret.

Rousseau, J.-J. (1987). *Discours sur l'origine et le fondement de l'inégalité parmi les hommes*. Bordas.

Santos, M. (1990). *Metrópole: A força dos fracos e o seu tempo*. Nobel.

Schultz, T. W. (1964). *O valor económico da educação*. Zahar Editores.

Smith, A. (1996). *A riqueza das nações: Investigação sobre a sua natureza e causas* (Trad. L. J. Baraúna). Nova Cultural.